



REGIMENTO INTERNO

RI.JUR.003

Comitê ESG

1. OBJETIVO E ABRANGÊNCIA

Artigo 1º. Este regimento interno ("Regimento") tem por finalidade estabelecer normas para o funcionamento do Comitê de ESG ("Comitê") da Gafisa S.A. ("Companhia"), definindo suas responsabilidades e atribuições, observados o Estatuto Social, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), as demais regulamentações aplicáveis, bem como as boas práticas de governança corporativa.

Artigo 2º. O Comitê é um órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração ("Conselho") da Companhia, tendo como objetivo assessorar a administração da Companhia no desenvolvimento e implementação das diretrizes e atos corporativos na gestão de questões ambientais, sociais e de governança (ESG – *Environmental, Social and Governance*).

2. ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE ESG

Artigo 3º. O Comitê São atribuições do Comitê de ESG:

- i) Elaborar e realizar a contínua avaliação do plano e da estratégia ESG da Companhia, verificando sua integração à estratégia corporativa e aos objetivos de longo prazo;
- ii) Acompanhar o cumprimento dos compromissos ambientais, sociais e de governança assumidos pela Companhia, bem como propor ajustes e aperfeiçoamentos sempre que necessário;
- iii) Revisar e recomendar metas e indicadores de desempenho ESG, garantindo sua aderência às melhores práticas de mercado e aos padrões de reporte aplicáveis;
- iv) Recomendar políticas corporativas relacionadas à sustentabilidade, questões sociais e de governança;
- v) Identificar, analisar e acompanhar vulnerabilidades e potenciais ganhos relacionados aos temas ESG que possam impactar a reputação, o desempenho operacional ou a geração de valor da Companhia;
- vi) Monitorar a evolução de tendências e marcos regulatórios relevantes aos temas ESG, sugerindo medidas de adequação e mitigação de riscos;
- vii) Apoiar a área de contabilidade e auditoria em assuntos relacionados à ESG, especialmente com relação às matérias que podem gerar impacto financeiro à Companhia e em relação aos *ratings* que a Companhia participa e aqueles que pretende fazer parte.
- viii) Analisar e recomendar ao Conselho a adesão ou continuidade em pactos, princípios, acordos, tratados e iniciativas nacionais e internacionais vinculadas a ESG;
- ix) Apoiar a elaboração e atualização dos relatórios e comunicações públicas de sustentabilidade e ESG, assegurando a transparência e consistência das informações divulgadas;

- x) Promover a disseminação da cultura ESG e o avanço da pauta na Companhia, incentivando o uso de tecnologias que contribuam para a eficiência e a inovação no setor, bem como recomendando programas de capacitação e engajamento dos colaboradores;

Parágrafo único. O Comitê deverá manter cooperação com os demais Comitês do Conselho, especialmente aqueles relacionados a auditoria, riscos e ética, de modo a garantir a integração das práticas ESG à governança da Companhia.

3. COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Artigo 4º. O Comitê terá caráter permanente e será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, coincidente com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição. A eleição e eventual destituição dos membros poderão ocorrer a qualquer momento, considerando critérios como experiência, área de atuação e diversidade.

Parágrafo único. O Comitê será composto por, pelo menos, um membro especialista na matéria de ESG, e, preferencialmente, um membro do Conselho de Administração, a(o) gerente de ESG da Companhia, e a(o) gerente de Governança da Companhia.

Artigo 5º. O Conselho designará um dos membros como Coordenador, cabendo-lhe:

- i) Informar a área de Governança da Companhia para seguir com as formalidades da convocação das reuniões;
- ii) Presidir as reuniões;
- iii) Organizar a pauta e encaminhar matérias ao Conselho;
- iv) Representar o Comitê em suas interações com os demais órgãos da administração.
- v) Nomear um Secretário, o qual será responsável pela elaboração das atas do Comitê e do calendário anual das reuniões, considerando as datas das reuniões do Conselho e calendário corporativo.

Artigo 6º. Os membros do Comitê permanecerão no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus sucessores ou até eventual destituição, por deliberação do Conselho.

Artigo 7º. Os membros do Comitê não farão jus a remuneração pelo exercício de suas funções, ressalvado o membro que for também integrante do Conselho de Administração da Companhia, o qual terá a faculdade de acumular as remunerações pertinentes a cada um dos cargos exercidos. O valor da remuneração será estabelecido e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

4. FUNCIONAMENTO

Artigo 8º. O Comitê reunir-se-á ordinariamente, no mínimo 2 (duas) vezes ao ano, e extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocação do Coordenador ou de qualquer membro do Conselho.

Artigo 9º. As convocações serão encaminhadas com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, por meio eletrônico, contendo data, horário, local e pauta.

Parágrafo único. Independentemente das formalidades de convocação, serão consideradas regulares as reuniões a que comparecerem todos os membros do Comitê ou que todos se declarem cientes.

Artigo 10º. As reuniões poderão ser realizadas de forma presencial, por videoconferência, teleconferência ou outros meios eletrônicos que permitam a identificação dos participantes e a comunicação simultânea.

Artigo 11. O quórum mínimo de instalação será de metade mais um dos membros, e as recomendações serão aprovadas pela maioria simples dos votos.

Parágrafo primeiro. O membro do Comitê que, por motivo justificado, não puder comparecer à reunião poderá exercer seu direito de voto a distância por meio de comunicação eletrônica, exclusivamente através de e-mail, desde que devidamente cadastrado no sistema da Companhia.

Parágrafo segundo. O voto por e-mail deverá ser claro, inequívoco e específico para cada matéria constante da Ordem do Dia.

Parágrafo terceiro. As matérias da Ordem do Dia serão consideradas aprovadas se obtiverem o voto favorável de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) do total de membros do Comitê.

Artigo 12. As reuniões do Comitê contarão, obrigatoriamente, com a presença do diretor presidente ou de outro membro da Diretoria Executiva por ele designado para esse fim.

Parágrafo único. O Comitê poderá convidar, quando necessário, membros da administração, colaboradores ou especialistas externos para participarem das reuniões, sem direito a voto, a fim de prestar esclarecimentos sobre matérias específicas.

Artigo 13. Será lavrada ata de cada reunião, contendo as principais discussões, recomendações e deliberações, a ser assinada pelos membros presentes e arquivada na sede da Companhia. Em caso de divergência relevante, os posicionamentos deverão ser apresentados ao Conselho.

Artigo 14. As recomendações do Comitê têm caráter não vinculante, cabendo ao Conselho de Administração a decisão final sobre as matérias de sua competência.

5. DEVERES DOS MEMBROS

Artigo 15. Os membros do Comitê deverão:

- i) Exercer suas funções com ética, diligência e lealdade;
- ii) Manter sigilo sobre informações não públicas da Companhia;
- iii) Evitar situações de conflito de interesse, abstendo-se de participar de discussões e votações em que tais conflitos estejam presentes;

- iv) Preparar-se adequadamente para as reuniões, analisando previamente o material distribuído;
- v) Observar o Código de Conduta, as políticas corporativas e as normas internas da Companhia.

6. DOS CASOS OMISSOS E ALTERAÇÕES

Artigo 19. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo próprio Comitê, devendo ser posteriormente ratificados pelo Conselho de Administração.

Artigo 20. Este Regimento somente poderá ser alterado por deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 21. O presente Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho, revogando-se quaisquer normas ou procedimentos em contrário, e permanecerá vigente até que nova versão seja aprovada, devendo ser arquivado na sede da Companhia.

Parágrafo único. Os atos já praticados em conformidade com o presente regimento serão considerados válidos.

7. INFORMAÇÕES DE CONTROLE INTERNO

Versão: 01.2025

Responsável: Jurídico

Instância de Aprovação: Conselho de Administração da Gafisa S.A.

Data e Ato da Última Aprovação: Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 18 de dezembro de 2025.

8. HISTÓRICO DE REVISÃO

Revisão	Data	Descrição dos itens revisados
00	18/12/2025	Emissão inicial do documento. Aprovação final da política